



SEGURANÇA DIGITAL

A ameaça dos jogos on-line para crianças

Novas regras, ataques virtuais e ECA Digital evidenciam responsabilidade de empresas, famílias e Estado na proteção de menores

» RAFAELA BOMFIM*

Proteção a crianças e adolescentes na internet passou a ocupar o centro do debate público diante do aumento de casos de assédio, aliciamento e exposição indevida em redes sociais, jogos eletrônicos e plataformas de interação virtual. O avanço do acesso precoce à internet ampliou a presença de menores em ambientes digitais sem que, na mesma velocidade, fossem estruturados mecanismos eficazes de controle, moderação e verificação etária. A resposta institucional começa a se consolidar por meio de mudanças nas políticas das empresas, decisões judiciais e da atualização do marco legal brasileiro.

Especialistas apontam que o ambiente virtual não pode ser tratado como espaço à margem da legislação. "O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura proteção integral de crianças e adolescentes, inclusive, no ambiente digital, enquadrando crimes como exploração sexual, aliciamento e abuso", explica o advogado Stefano Ferreira. Segundo ele, o ECA Digital, sancionado em 2025, atualiza esse conjunto normativo para a realidade on-line e impõe obrigações diretas a plataformas, jogos e aplicativos. "Os responsáveis devem agir de forma imediata para proteger o menor, preservando provas, denunciando às plataformas e comunicando autoridades competentes", acrescenta.

A advogada Silvana Campos destaca que a responsabilidade das empresas decorre não apenas de novas leis, mas também do Marco Civil da Internet e do próprio ECA. "As plataformas têm o dever jurídico de oferecer mecanismos de denúncia acessíveis, agir com rapidez na remoção de conteúdos ilegais e cooperar com autoridades. Quando há omissão ou demora injustificada, pode haver responsabilização civil e administrativa", explica. Para ela, apesar de o Brasil ter uma base normativa relevante, ainda há lacunas na fiscalização e na resposta efetiva aos crimes



O influenciador Felca vira alvo de ataques após Roblox aumentar controle de uso por crianças e adolescentes: regras do mundo real valem para a internet

digitais envolvendo menores.

Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal ampliou a interpretação sobre a responsabilidade das plataformas ao declarar a inconstitucionalidade parcial do artigo 19 do Marco Civil da Internet. A advogada Mariana Zonenschein ressalta que a decisão reforça o dever de atuação preventiva. "Redes sociais, jogos on-line e ambientes virtuais com avatares estão integralmente submetidos ao ordenamento jurídico brasileiro. Não existe espaço digital imune à aplicação da lei, especialmente quando se trata da proteção de crianças e adolescentes", afirma.

O Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, que entra em vigor em março deste ano, estabelece exigências como verificação de

idade sem autodeclaração, vínculo de contas de menores de 16 anos a responsáveis legais, remoção proativa de conteúdos nocivos e relatórios semestrais de transparência para grandes plataformas. As penalidades podem chegar a R\$ 50 milhões, além da suspensão de atividades em casos graves.

A advogada Mayra Megalithorah observa que as novas regras dialogam diretamente com decisões recentes do STF e com o Marco Legal da Indústria de Jogos Eletrônicos. "O julgamento do Supremo deixa claro que, em crimes gravíssimos, aplica-se o dever de cuidado. Isso exige atuação diligente e proativa das plataformas para impedir a circulação de conteúdos como pornografia infantil, indução à automutilação e outras

práticas que causem danos à saúde física ou mental de crianças e adolescentes", avalia.

O advogado especialista em direito digital Luiz Augusto D'Urso afirma que, ao identificar qualquer forma de exposição ilícita envolvendo crianças ou adolescentes em jogos e plataformas digitais, como assédio ou aliciamento, pais e responsáveis devem agir de forma imediata. Segundo ele, é fundamental preservar todo o material disponível, como conversas, imagens, links, datas e registros, para que essas provas sejam encaminhadas às autoridades policiais competentes. Para o advogado, a rápida comunicação às autoridades é decisiva para responsabilizar os envolvidos e permitir que os crimes sejam punidos.

Roblox

Popular entre crianças e adolescentes, a plataforma de jogos Roblox anunciou, na última quarta-feira, mudanças nas regras de comunicação entre usuários. A partir das novas diretrizes, o uso do chat passou a exigir verificação de idade, permitindo conversas apenas entre pessoas de faixas etárias semelhantes. Crianças menores de 9 anos só podem acessar o recurso mediante autorização de responsáveis, enquanto usuários com mais de 13 anos ficam limitados à interação com perfis de adolescentes da mesma faixa etária. Tudo para impedir que menores de 16 anos se comuniquem com adultos.

A alteração gerou reação

“
Não existe espaço digital imune à aplicação da lei, especialmente quando se trata da proteção de crianças e adolescentes”

Mariana Zonenschein,
advogada

imediatamente de parte da comunidade. Prints da chamada "Revolta do Roblox" circularam em outras redes, mostrando protestos organizados dentro do próprio jogo. Avatares ocuparam cenários que simulam ruas e praças, carregando cartazes com frases irônicas, referências históricas e culturais.

O influenciador Felca, que ganhou projeção no ano passado ao denunciar abusos na internet, tornou-se, novamente, alvo de protestos virtuais. Ele relatou ter recebido mensagens com ameaças e ofensas, além de ver seu nome exibido em cartazes nas manifestações no mundo digital paralelo.

Não é a primeira vez que o Roblox é usado como palco de mobilizações. Nos Estados Unidos, durante protestos contra o Serviço de Imigração e Alfândega, em Los Angeles, jogadores reproduziram manifestações semelhantes dentro da plataforma, reforçando o uso do jogo como espaço simbólico de expressão coletiva.

A empresa afirma que, para a verificação etária, é usada a tecnologia de reconhecimento facial, com a garantia de que as imagens são apagadas após a análise e que o usuário pode contestar o resultado. Em agosto, a Roblox foi processada no estado da Louisiana (EUA), sob acusação de permitir que predadores sexuais atuem no ambiente virtual.

CB.DEBATE

Por um país mais seguro para mulheres

» GIOVANA SFALSI

O Correio Braziliense promove, em 27 de janeiro, mais uma edição do CB.Debate, com o tema *Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos*. O encontro vai discutir caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. O evento, no auditório do jornal, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), terá transmissão ao vivo pelas redes sociais do jornal.

Entre as painelistas confirmadas estão a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão; a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Daniela Teixeira; a ministra-substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Vera Lúcia Santana Araújo; a reitora da Universidade de Brasília (UnB), Rozana Reigota Naves; a secretária-executiva do Ministério das Mulheres, Eutália Barbosa Rodrigues; e a professora associada da Faculdade de Direito da UnB Janaína Lima Penalva.

Segundo a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovações, Luciana Santos, também confirmada como uma das participantes, a iniciativa tem papel significativo na consolidação do tema como prioridade nacional. "Eventos como o CB.Debate são fundamentais para transformar o combate à violência contra as mulheres em uma agenda permanente do país, capaz de mobilizar governos, sociedade e imprensa na construção de políticas públicas efetivas de proteção, autonomia e dignidade", afirmou.

Para a ministra Vera Lúcia Santana Araújo, a gravidade do cenário brasileiro e a necessidade de mobilização ampla diante do avanço da violência são expressas nas estatísticas cada vez mais preocupantes. Segundo ela, os dados revelam um quadro "endêmico, epidêmico" de violência, marcado não apenas pelo aumento dos casos, mas pela sofisticação da crueldade nas agressões, muitas

culminando em feminicídios. "Não dá para pessoas democráticas, civilizadas, ficarem silentes e inertes diante desse cenário", disse.

A ministra ainda comentou sobre a participação ativa dos

homens nas discussões, lembrando que o enfrentamento à violência contra a mulher também é uma responsabilidade masculina. "É fundamental que haja representação de homens nesses debates,

como parceiros no enfrentamento dessa questão", afirmou.

Outra convidada do debate, a juíza Fabriziane Zapata — coordenadora da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Riacho Fundo — afirma que o CB.Debate cumpre um papel essencial ao ampliar o alcance da discussão. "O CB.Debate dá visibilidade à violência de gênero, ampliando a discussão para além dos âmbitos acadêmico e de Segurança e Justiça, chegando às conversas do dia a dia do público em geral", afirmou.

Segundo Fabriziane, a iniciativa contribui para evidenciar que a violência de gênero é um grave problema social, que atinge mulheres de todas as idades, raças e classes, e provoca impactos profundos não apenas nas vítimas, mas também em crianças, famílias e na sociedade como um todo. A juíza destacou ainda os princípios da Lei Maria da Penha, que atribuem responsabilidade compartilhada à família, à sociedade e ao poder público na garantia dos direitos fundamentais das mulheres. "Cabe criar as condições necessárias para que

as mulheres vivam sem violência, preservem sua saúde física e mental e tenham assegurado seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social", ressaltou.

Programação

A programação terá dois painéis, que vão abordar tanto a atuação do poder público quanto o papel da sociedade no enfrentamento à violência de gênero. O primeiro, terá como tema "Do discurso à ação: políticas públicas e responsabilidade institucional", com foco nas medidas adotadas pelo Estado, nos desafios da implementação de políticas públicas e na atuação das instituições no acolhimento e na proteção das mulheres.

Já o segundo, abordará "O papel da sociedade no combate à violência contra a mulher", discutindo a importância da mobilização social, da mudança cultural e do engajamento coletivo na prevenção das agressões.

Ao final de cada um deles, as palestrantes responderão a perguntas do público, que poderão ser feitas tanto presencialmente quanto pelas redes sociais. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pela plataforma Sympla.



Ministra substituta do TSE, Vera Lúcia Santana é uma das palestrantes